

09/12/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 134.982 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: SONEIDE LAMEGO VIEIRA BARRETTO DE ARAUJO
AGTE.(S)	: MARCUS JOSÉ LAMÊGO VIEIRA BARRETTO DE ARAÚJO
ADV.(A/S)	: LUIZ AUGUSTO SARTORI DE CASTRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. SONEGAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

1. Inexiste violação ao princípio da colegialidade na utilização, pelo Ministro relator, da faculdade prevista no art. 21, § 1º, do RI/STF para negar seguimento ao *habeas corpus*.

2. Em matéria de aplicação do princípio da insignificância ao delito de descaminho, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota como fundamento para avaliar a tipicidade da conduta o *quantum* objetivamente estipulado como parâmetro para a atuação do Estado em matéria de execução fiscal: o valor do tributo devido. Precedentes.

3. Essa orientação jurisprudencial, contudo, não pode ser automaticamente aplicada para o caso de sonegação de Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre rendimentos de trabalho assalariado. Ademais, o total do tributo devido “atingiu o valor de R\$ 35.788,11, atualizados até 31/08/2011”, o que também inviabilizaria o acolhimento da tese defensiva.

4. Ainda que fosse possível reconhecer o princípio da insignificância penal com relação ao tributo de que tratam estes autos, as peças que instruem o processo não permitem aferir eventual habitualidade delitiva ou mesmo possível acúmulo de débitos que superem o parâmetro descrito na Lei nº 10.522/2002. Inocorrência de ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a concessão da

HC 134982 AGR / SP

ordem.

5. Agravo regimental desprovido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, na conformidade da ata de julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 02 a 08 de dezembro de 2016.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - PRESIDENTE E RELATOR

09/12/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 134.982 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : SONEIDE LAMEGO VIEIRA BARRETTO DE ARAUJO
AGTE.(S) : MARCUS JOSÉ LAMÊGO VIEIRA BARRETTO DE ARAÚJO
ADV.(A/S) : LUIZ AUGUSTO SARTORI DE CASTRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática de minha lavra que negou seguimento ao *habeas corpus*, nos seguintes termos:

“1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra acórdão unânime da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, assim ementado:

‘PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA FEDERAL. INSIGNIFICÂNCIA. PARÂMETRO. DEZ MIL REAIS. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA Nº 1.112.748/TO. PORTARIA Nº 75/2012 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. INAPLICABILIDADE.

1. Definindo o parâmetro de quantia irrisória para fins de aplicação do princípio da insignificância aos crimes de descaminho, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.112.748/TO, pacificou o entendimento no sentido de que o valor do tributo

HC 134982 AGR / SP

elidido a ser considerado é aquele de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no artigo 20 da Lei nº 10.522/02, raciocínio que se aplica também aos crimes contra a ordem tributária.

2. Esse raciocínio restou ratificado na assentada de 12 de novembro de 2014, no julgamento do Resp 1.393.317/PR e do Resp 1.401.424/PR pela aludida Seção, no sentido de que não tem aplicação qualquer parâmetro diverso de R\$ 10.000,00, notadamente o de R\$ 20.000,00 previsto na Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda, que regulamenta não a Lei nº 10.522/02, mas o Decreto-Lei nº 1.569/77, cujo artigo 5º autoriza o Ministro da Fazenda a sustar a cobrança judicial dos débitos de comprovada inexecuibilidade e de reduzido valor.

3. Tal parâmetro não está necessariamente atrelado aos critérios fixados nas normas tributárias para o ajuizamento da execução fiscal, regida pelos critérios de eficiência, economicidade e praticidade e não sujeita a um patamar legal absoluto, mas decorre de construção jurisprudencial erigida a partir de medida de política criminal em face do grau de lesão à ordem tributária que atribua relevância penal à conduta, dada a natureza fragmentária do direito penal.

4. Agravo regimental improvido.'

2. Extraí-se dos autos que os pacientes foram denunciados pelo crime previsto no artigo 2º, II, da Lei 8.137/90 (sete vezes), perante o Juízo da 1ª Vara Federal de Campinas/SP.

3. Narra a peça acusatória que os pacientes, '*nos meses de junho de 2009 e dezembro de 2009, [...] na qualidade de sócio administradores, com poderes de decisão e no efetivo exercício da administração da pessoa jurídica BAP ALIMENTOS LTADA EPP, CNPJ nº 10.437.562/0001-50, localizada na Rua Antonio Niori, 88, São Roque da Chave, no Município de Itupeva/SP, deixaram de recolher, no prazo legal, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos de trabalho assalariado descontados dos pagamentos efetuados a este título*'. O valor dos tributos

HC 134982 AGR / SP

sonegados foi estimado em R\$ 17.993,95 (dezessete mil novecentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos).

4. Contra a decisão que recebeu a denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pleiteando o trancamento da ação penal. A ordem foi concedida.

5. Na sequência, o órgão acusatório interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. A Relatora do Resp 1.567.211, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, deu provimento ao recurso '*para afastar a aplicação do princípio da insignificância e determinar o prosseguimento da ação penal*'. Dessa decisão, foi interposto agravo regimental, não provido.

6. Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a aplicabilidade, ao caso, do princípio da insignificância, sob o argumento de que o valor do tributo é inferior ao patamar previsto na Portaria nº 75, de 22.03.12, do Ministério da Justiça. Daí o pedido de concessão da ordem a fim de determinar o trancamento da ação penal.

7. Em 30.06.2016, indeferi a liminar requerida pela defesa e abri vista dos autos ao Ministério Público Federal. Órgão que opinou pela denegação da ordem.

Decido.

7. O *habeas corpus* não deve ser deferido.

8. Em matéria de aplicação do princípio da insignificância **ao delito de descaminho**, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota como fundamento para avaliar a tipicidade da conduta o *quantum* objetivamente estipulado como parâmetro para a atuação do Estado em matéria de execução fiscal: **o valor do tributo devido** (v.g HC 104.407, Rel. Min. Ayres Britto, HC 96.852, Rel. Min. Joaquim Barbosa, RE 550.761, Rel. Min. Menezes Direito, RE 536.486, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie, HC 101.074, Rel. Min. Celso de Mello).

9. Essa orientação jurisprudencial, contudo, não pode ser automaticamente aplicada para o caso de sonegação de imposto de renda retido na fonte incidente sobre rendimentos de trabalho assalariado. Veja-se que a

HC 134982 AGR / SP

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sequer admite o reconhecimento da irrelevância penal na hipótese de contrabando de cigarros (delito também inserido no Título XI, Capítulo II, do Código Penal – Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral). Isso porque *‘não é o valor material que se considera na espécie, mas os valores ético-jurídicos que o sistema normativo-penal resguarda’* (HC 118.359, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia). Ademais, o fato é que o total do tributo devido *‘atingiu o valor de R\$ 35.788,11, atualizados até 31/08/2011’*. O que também inviabilizaria o acolhimento da tese defensiva.

10. Ainda que fosse possível reconhecer o princípio da insignificância penal com relação à sonegação de que tratam estes autos, as peças que instruem o processo não permitem aferir eventual habitualidade delitiva ou mesmo possível acúmulo de débitos que superem o parâmetro descrito na Lei nº 10.522/02. De modo que não enxergo ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a concessão da ordem.

11. Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus*.”

2. No presente agravo regimental, a defesa sustenta que o julgamento monocrático do *habeas corpus* teria violado o princípio da colegialidade. No mérito, insiste na aplicabilidade, ao caso, do princípio da insignificância, sob o argumento de que o valor do tributo é inferior ao patamar previsto na Portaria nº 75, de 22.03.12, do Ministério da Justiça. Requer, assim, o provimento do recurso a fim de reconsiderar a decisão agravada e conceder a ordem de *habeas corpus* para determinar o trancamento da ação penal.

3. O Ministério Público Federal manifesta-se pelo desprovimento do recurso.

4. É o relatório.

09/12/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 134.982 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O agravo regimental não deve ser provido.
2. De início, lembro que a orientação do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que inexistente violação ao princípio da colegialidade na utilização, pelo Ministro relator, das faculdades previstas nos arts. 38 da Lei nº 8.038/1990 (atualmente revogado pela Lei nº 13.105/2015) e no art. 21, § 1º, do RI/STF (cf. MS 28097-AgR, Rel. Min. Celso de Mello; RHC 119.231-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia; HC 118.438, Rel. Min. Teori Zavascki).
3. Ademais, tal como constou da decisão agravada, em matéria de aplicação do princípio da insignificância **ao delito de descaminho**, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota como fundamento para avaliar a tipicidade da conduta o *quantum* objetivamente estipulado como parâmetro para a atuação do Estado em matéria de execução fiscal: **o valor do tributo devido** (v.g HC 104.407, Rel. Min. Ayres Britto; HC 96.852, Rel. Min. Joaquim Barbosa; RE 550.761, Rel. Min. Menezes Direito; RE 536.486, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie; HC 101.074, Rel. Min. Celso de Mello).
4. Essa orientação jurisprudencial, contudo, não pode ser automaticamente aplicada para o caso de sonegação de imposto de renda retido na fonte incidente sobre rendimentos de trabalho assalariado. Veja-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sequer admite o reconhecimento da irrelevância penal na hipótese de contrabando de cigarros (delito também inserido no Título XI, Capítulo II, do Código

HC 134982 AGR / SP

Penal – Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral). Isso porque *“não é o valor material que se considera na espécie, mas os valores ético-jurídicos que o sistema normativo-penal resguarda”* (HC 118.359, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia). Ademais, o fato é que o total do tributo devido *“atingiu o valor de R\$ 35.788,11, atualizados até 31/08/2011”*. O que também inviabilizaria o acolhimento da tese defensiva.

5. Ainda que fosse possível reconhecer o princípio da insignificância penal com relação à sonegação de que tratam estes autos, as peças que instruem o processo não permitem aferir eventual habitualidade delitiva ou mesmo possível acúmulo de débitos que superem o parâmetro descrito na Lei nº 10.522/02. De modo que não enxergo ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a concessão da ordem.

6. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.

7. É como voto.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 134.982 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: SONEIDE LAMEGO VIEIRA BARRETTO DE ARAUJO
AGTE.(S)	: MARCUS JOSÉ LAMÊGO VIEIRA BARRETTO DE ARAÚJO
ADV.(A/S)	: LUIZ AUGUSTO SARTORI DE CASTRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O *habeas corpus* é ação constitucional voltada a preservar a liberdade de ir e vir do cidadão. O processo que o veicule, devidamente aparelhado, deve ser submetido ao julgamento da Turma. Descabe observar quer o disposto no artigo 21 do Regimento Interno, no que revela a possibilidade de o relator negar seguimento a pedido manifestamente improcedente, quer o artigo 932 do Código de Processo Civil. Provejo o agravo para que o *habeas corpus* tenha sequência.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 134.982

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : SONEIDE LAMEGO VIEIRA BARRETTO DE ARAUJO

AGTE.(S) : MARCUS JOSÉ LAMÊGO VIEIRA BARRETTO DE ARAÚJO

ADV.(A/S) : LUIZ AUGUSTO SARTORI DE CASTRO (273157/SP) E

OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. 1ª Turma, Sessão Virtual de 2 a 8.12.2016.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (Presidente), Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma